

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
COORDENAÇÃO GERAL DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU**

**UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**



Especialização em
**GESTÃO
PÚBLICA
MUNICIPAL**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**RECIFE
Junho / 2021**

SUMÁRIO

NOME DO CURSO E ÁREA DE CONHECIMENTO	5
JUSTIFICATIVA DO CURSO	5
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU NA UFRPE (HISTÓRICO)	6
Oferta de Cursos na modalidade à distância	6
O programa de Pós-Graduação Lato Sensu da UFRPE	8
OBJETIVOS DO CURSO	9
Objetivo Geral	9
Objetivos Específicos	9
PÚBLICO ALVO	10
Público Alvo	10
Áreas Afins	12
CONCEPÇÃO DO PROJETO	12
Aspectos fundamentais	12
Abordagens teórico-práticas	13
Princípios epistemológicos	14
Princípios metodológicos	14
Princípios Dinamizadores	15
O Curso em Gestão Pública Municipal	15
COORDENAÇÃO DO CURSO E ORGANIZAÇÃO	16
Coordenação-Geral do curso	16
Coordenação Pedagógica	16
Coordenação de Tutoria (Coordenação específica de Curso na modalidade EaD)	16
Organização Administrativa (Secretaria Executiva)	17
CARGA HORÁRIA	17
PERÍODO E PERIODICIDADE	17
Disciplinas Ministradas	18
Módulo Básico	18
Módulo Específico	18
Trabalho de Conclusão de Curso	19
Funcionamento	19
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	20
CORPO DOCENTE	20
Equipe de professores-executores	20
Equipe de professores-tutores	21
Tutoria-Virtual	21
Tutores presenciais	21
Requisitos para ocupação das funções de tutor	22
Previsão de Capacitação	22

METODOLOGIA	22
A Organização do Sistema de EAD	22
A Organização Estrutural do Curso	24
A organização do curso	27
Rede comunicacional	28
Produção de Material Didático	28
O processo de avaliação da aprendizagem	28
Monitoramento do percurso do estudante	29
Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos	30
INTERDISCIPLINARIDADE	30
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	30
TECNOLOGIA	31
Linguagens e mídias compatíveis com o projeto	31
Convergência e Integração das Diferentes Mídias	31
Comunicação entre alunos, mediador pedagógico/tutores e professor-executor	31
INFRAESTRUTURA FÍSICA	32
Laboratórios e Equipamentos que serão utilizados	32
Acervo atualizado de material didático e bibliográfico	33
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	33
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	35
Avaliação do Ensino-Aprendizagem	35
Avaliação de Aprendizagem - Processo de Recuperação	36
Avaliação Institucional (Medição do desempenho dos alunos, dos docentes, da coordenação, da infraestrutura tecnológica e administrativa e auto-avaliação do corpo discente).	36
Avaliação do Desempenho no Ambiente Virtual	37
Modelo Estatístico de Avaliação	38
CONTROLE DE FREQUÊNCIA	39
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	40
CERTIFICAÇÃO	42
INDICADORES DE DESEMPENHO	42
SISTEMA DE FINANCIAMENTO (SISTEMA CAPES DE BOLSAS)	42
APÊNDICE A	44
Ementas e Referências do Módulo Básico	44
Introdução a EAD	44
O Público e o Privado na Gestão Pública	45
Estado, Governo e Mercado	46
Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	47
O Estado e os Problemas Contemporâneos	48

Políticas Públicas	48
Planejamento Estratégico Governamental	49
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	50
Ementas e Referências do Módulo Específico	51
Metodologia da Pesquisa	51
Plano Diretor e Gestão Urbana	52
Gestão Tributária	54
Redes Públicas de Cooperação Local	55
Gestão Democrática e Participativa	55
Elaboração e Avaliação de Projetos	58
Gestão Logística	59
Processos Administrativos	60
ANEXO 1	62
Avaliação pelos Docentes	62
ANEXO 2	65
Avaliação pelos Discentes	65

1. NOME DO CURSO E ÁREA DE CONHECIMENTO

- 1.1. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU / UFRPE
- 1.2. **NOME:** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL 2021 (GPM)
- 1.3. **ÁREA DE CONHECIMENTO:** Gestão Pública Municipal dentro do Programa Nacional de Formação de Administradores Públicos – PNAP/CAPES.
- 1.4. **DEPARTAMENTO:** Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia – UAEADTec / UFRPE
- 1.5. **MODALIDADE:** Curso ministrado na modalidade EaD com avaliação presencial das disciplinas realizada mensalmente nos Polos Presenciais de Apoio integrantes do Sistema UAB /UFRPE, em Pernambuco.

2. JUSTIFICATIVA DO CURSO

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades, antes desempenhadas pela União.

Nesse sentido, estados e municípios passaram a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), passando a exigir competências específicas de regulação e uma nova gestão de atividades essenciais, e novas competências, exigindo uma reestruturação organizacional.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, Estados e Municípios passaram a necessitar de profissionais capacitados em gerenciamento de processos em geral e, mais especificamente, especializados na gestão da coisa pública.

Some-se a essa necessidade a constatação de que no Brasil a oferta de cursos de Administração é basicamente voltada para uma administração empresarial ou privada. Deixando uma lacuna quanto se trata de formação de quadros técnicos com especialidade em gestão pública.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e municípios de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

3. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU NA UFRPE (HISTÓRICO)

A Universidade Federal Rural de Pernambuco, sempre comprometida com a excelência no ensino, pesquisa e extensão, originou-se da antiga Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária “São Bento”, fundada em 1912, na cidade de Olinda, Pernambuco. Possuía apenas os cursos de Agronomia e Veterinária.

Em 7 de janeiro de 1914, o curso de Agronomia foi transferido para o Engenho São Bento, uma propriedade da ordem beneditina, localizado no município de São Lourenço da Mata, Pernambuco. O curso de medicina veterinária permaneceu em Olinda, compondo a Escola Superior de Veterinária São Bento. Em 9 de dezembro de 1936, a Escola superior de Agricultura São Bento, desapropriada pela lei 2443 do Congresso Estadual e ato nº 1.802 do poder executivo, passa a denominar-se Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESAP). Pelo decreto nº 82, de 12 de março de 1938, a ESAP foi transferida do Engenho São Bento para o Bairro de Dois Irmãos, no Recife, onde permanece. A Universidade Federal Rural de Pernambuco foi criada pelo Decreto Estadual 1.741, de 24 de julho de 1947, incorporando as Escolas Superiores de Agricultura, Veterinária, e a Escola Agrotécnica de São Lourenço da Mata e o curso de magistério de Economia Doméstica Rural.

No dia 4 de julho de 1955, através da Lei Federal nº 2.524, a Universidade foi então federalizada, passando a fazer parte do Sistema Federal de Ensino Agrícola Superior. Com a promulgação do Decreto Federal 60.731, de 19 de maio de 1967, a instituição passou a denominar-se Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Nos anos de 1970, a Universidade passou por reformas estruturais, levando a criar novos cursos de graduação, além de terem sido criados os primeiros programas de pós-graduação

Desde então surgiram novos cursos e atualmente, a UFRPE desenvolve trabalhos no âmbito do ensino médio através de cursos técnicos, contribuindo para o desenvolvimento da Região Nordeste e do país como um todo.

3.1. Oferta de Cursos na modalidade à distância

A UFRPE considera a questão da educação a distância estratégica para o futuro e implantou e vem desenvolvendo ações referentes à Educação a Distância, desde 2004 e participa ativamente do processo de formação de profissionais nesta modalidade educacional.

Inicialmente, através do Programa Pró-Licenciatura do Ministério da Educação, a UFRPE em parceria com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB),

implantou o curso de Licenciatura em Física a Distância com início das suas atividades em 2006 com aproximadamente 420 alunos, distribuídos em doze pólos de atendimento presencial, sendo 10 (dez) no Estado de Pernambuco e 2 (dois) na Bahia.

Ainda em 2006, o MEC implantou o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) tendo como prioridade a formação de profissionais para a Educação Básica. Para atingir este objetivo a UAB realiza ampla articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros.

Através da UAB, em 2006, a UFRPE apresentou a UAB a proposta de criação de mais dois cursos, sendo um de Licenciatura em Computação e outro de Bacharelado em Sistemas de Informação. O curso de licenciatura, com 400 vagas, foi ofertado em razão da pouca qualificação apresentada pelos professores nesta área. O curso de bacharelado, com 250 vagas, foi oferecido em função da crescente demanda por profissionais na área de tecnologia, estas vagas foram distribuídas nos Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará e Tocantins.

Ainda em 2006, a Universidade iniciou o Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação, voltado para professores da rede pública de ensino, que visa qualifica-los, principalmente, para o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação (TIC). O Programa é dividido em três ciclos com níveis de certificação, a saber: extensão, aperfeiçoamento e especialização, Os pólos do Programa estão presentes no Estado de Pernambuco e da Bahia em parceria com a Universidade Estadual da Bahia (UESB), totalizando aproximadamente 6.000 vagas.

Em 2008 a Universidade realizou a abertura de novas vagas, sendo 160 para Licenciatura em Computação e 90 vagas para Licenciatura em Física. Os pólos de atendimento encontram-se nos municípios do Estado de Pernambuco: Jaboatão dos Guararapes, Carpina, Limoeiro e Fernando de Noronha.

Ainda no ano de 2008, a UFRPE aprovou a oferta de 430 vagas para o curso de Especialização em Ensino da matemática, em 13 polos distribuídos nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Bahia. O objetivo do curso é diminuir a carência de professores no ensino público com qualificação para estas áreas.

Em 2008, dois cursos de aperfeiçoamento tiveram suas ofertas aprovadas, a saber: Educação Ambiental e Gênero e Diversidade na Escola, ambos voltados para formação de educadores em exercício com 490 e 300 vagas respectivamente.

Em 2009 a UFRPE continuou expandindo seu poder de atuação, tanto na capacidade de atendimento de demandas como na oferta de vagas, e aderiu ao programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). Através do PNAP, a Instituição oferece o curso de Bacharelado em Administração Pública com 240 vagas e dois cursos de especialização, a saber: Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, ambos com 600

vagas. Estes cursos apresentam uma alta demanda. Esta afirmação pode ser confirmada com a demanda dos candidatos inscritos no ENEM 2009 que até o momento foi de 2591 para apenas 240 vagas ofertadas. Estes cursos serão ofertados nos polos de Carpina, Limoeiro, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Garanhuns, Fernando de Noronha, Vitória, Caruaru, Serra Talhada, Petrolina, Goiana, Ipojuca, Palmares, Pesqueira, Arcoverde, Cabo de Santo Agostinho.

A iniciativa da UFRPE ao utilizar o recurso da Educação a Distância, tem como objetivo expandir a oferta de serviços educacionais, ampliando as oportunidades de acesso à educação a uma clientela menos favorecida de oportunidades, sem, contudo, comprometer a sua capacidade instalada.

3.2. O programa de Pós-Graduação Lato Sensu da UFRPE

O Programa, ou seja, especialização, objetiva revitalizar, aprimorar e aprofundar os conhecimentos adquiridos na graduação. Caracteriza-se por sua curta duração e flexibilidade curricular em termos de conteúdo, disciplinas e atividades acadêmicas, exigindo obrigatoriamente um trabalho final consistindo na apresentação de uma monografia ou trabalho de conclusão de curso.

A pós-graduação Lato sensu destina-se a diplomados de terceiro grau visando aprofundar o conhecimento e a capacidade de trabalho acerca de um tema ou desenvolver uma reformulação parcial do conhecimento e de habilidades voltadas para o restrito atendimento de uma necessidade concreta. Os cursos de especialização, em suas várias modalidades, ocupam hoje um espaço considerável no ensino de pós-graduação da UFRPE como de resto no Brasil.

Levantamento realizado pela CAPES revela a existência de mais de 3 mil cursos que atendem a uma população de mais de 60 mil estudantes, com presença expressiva também no setor público.

A nova resolução sobre cursos de pós-graduação Lato Sensu na UFRPE fixou alguns parâmetros mínimos para que os diplomas de especialistas tenham validade no âmbito do sistema federal de ensino superior como: qualificação mínima de mestre para o corpo docente; condições de infra-estrutura (física, biblioteca e equipamento de laboratório); 360 horas-aula (não computando o tempo de estudo individual e de monografia); presença mínima de 75%; 60% do corpo docente pertencendo aos quadros da Universidade que está oferecendo o curso, e regras claras para a avaliação do programa visando a sua qualidade.

Missão: Os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de especialização para a UFRPE são tidos como atividades pedagógicas sistemáticas que se destinam a graduados de cursos superiores, reconhecidos pelo Ministério de Educação (MEC), e a

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES) tendo como missão a formação de especialistas em setores específicos de estudo e a aquisição e reconstrução de novos conhecimentos e a utilização de tecnologias mais modernas, com o fito de elevar o nível de capacitação e formação de recursos humanos para a região.

Visão: Sua visão é a de proporcionar aos profissionais portadores de diploma de nível superior atuando no mercado ou na Administração Pública, ou pretendentes a ingressar na Academia ou em outros institutos de pesquisa, a atualização de conhecimentos formando uma massa crítica de recursos humanos altamente treinados capaz de intervir no ambiente econômico assegurando ao país a competitividade necessária para fazer frente as constantes ameaças em um mundo globalizado, bem como, o aproveitamento de oportunidades que se apresentam para expansão das atividades através de acordos internacionais.

Objetivos: Como decorrência de sua missão e visão estratégicas os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de especialização têm por objetivo especializar graduados para o exercício da docência, da pesquisa e da atuação profissional em empresas públicas e privadas, organizações não governamentais, escolas, universidades, cooperativas e associações diversas.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1. Objetivo Geral

O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, objetiva capacitar profissionais dos setores privado e público em técnicas de gestão pública municipal através de ferramentas de otimização de processos (bens e prestação de serviços) direcionados à eficiência e à eficácia das funções da administração em organizações ligadas ao setor público.

4.2. Objetivos Específicos

- Formação de profissionais em planejamento, organização, direção e controle, para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos, especificamente, o município;
- Capacitação de profissionais com formação adequada a intervir na realidade social, política e econômica na jurisdição da entidade governamental em que atua;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito municipal; e

- Contribuir para que o gestor público municipal desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

5. PÚBLICO ALVO

5.1. Público Alvo

Curso destinado a portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações em ingressar através de concurso no exercício de função pública. Os objetivos de aprendizado para o estudante são os seguintes:

- a) Compreender os conceitos básicos e terminologia nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão estratégica, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;
- b) Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas;
- c) Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso.
- d) Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

O curso permite o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de:

- a) Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- b) Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
- c) Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (chats), estudo de cases, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;
- d) Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- e) Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a performance organizacional;
- f) Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;

g) Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizado ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão – é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo assim a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

5.2. Áreas Afins

Curso dirigido para candidatos portadores de diploma em economia, administração, ciências contábeis, sociologia, direito, agronomia e/ou outras ciências agrárias, ciências biológicas e engenharia. Candidatos potenciais com formação em outras áreas terão suas propostas de inscrição avaliadas pela comissão de seleção do curso, considerando o seu perfil profissional.

6. CONCEPÇÃO DO PROJETO

6.1. Aspectos fundamentais

A questão mais fundamental que explica a necessidade de disseminação do curso de Gestão Pública Municipal, como prevê o PNAP (Programa Nacional de Formação de Administração Pública) é a discussão filosófica entre duas concepções de governo: a neoliberal, que advoga a redução do estado dentro de uma perspectiva de “estado mínimo” com redução do quadro de funcionários via aposentadoria precoce e outros mecanismos de “enxugamento” da máquina estatal; e a visão de governo de bem-estar social que tenciona implantar na administração pública a concepção de “estado necessário”, ou seja, o estado do tamanho que for exigido para o desenvolvimento econômico nas diferentes regiões do país, com o pragmatismo de um estado fomentador do desenvolvimento com inovação gerencial mas, também, um estado promotor de inclusão social, com programas compensatórios de nível nacional.

Essa mudança de papel de “estado mínimo” para “estado necessário” repercute no aparelho do Estado, trazendo demandas gerenciais mais complexas nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Ao nível estadual, além de uma forte formação conceitual, se requer um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação interestaduais e intermunicipais. No caso da estrutura administrativa,

é sabido que os governos estaduais ainda sentem dificuldades em introduzir as mudanças necessárias para exercer o novo papel do Estado no Brasil, como revela Abrúcio (2005). A formação de redes é uma possibilidade – com várias experiências positivas – de induzir o desenvolvimento regional a partir do esforço conjunto. Dentro da estrutura administrativa do estado, incluindo aqui os municípios, a maioria não possui capacidade por inúmeros fatores para alavancar o desenvolvimento de áreas prioritárias, como saneamento, habitação, manutenção de vias públicas urbanas e rurais. Além de áreas essenciais como educação, saúde e segurança.

Nessas áreas há programas importantes e de grande magnitude – como a distribuição de material escolar, pelo MEC, e de preservativos, retrovirais e medicamentos, pelo Ministério da Saúde e de programas de habitação – que necessitam de competência específica em logística para atingir todos os estados e municípios brasileiros.

As diretrizes do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal deve oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se uma formação ético-humanística, que a formação de um cidadão consciente requer e uma formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

O programa é assim construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Abrange assim também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

6.2. Abordagens teórico-práticas

A proposta para o curso de especialização em Gestão Pública Municipal, na modalidade a distância, além da pretensão em alcançar um maior número de pessoas em um menor espaço de tempo, traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

- Nortear a concepção, criação e produção de conhecimentos teóricos e práticos em gestão pública municipal;
- Propiciar o desenvolvimento de aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável para com a sociedade;
- Promover a instrumentalização dos recursos humanos envolvidos nas técnicas e bem fazeres delas decorrentes.
- Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-alvos.
- Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;

- Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorizar a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a auto-avaliação.

Há três princípios que nortearão a estrutura curricular do Programa: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores:

6.2.1. Princípios epistemológicos

Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional de administração, são expressos através de duas dimensões:

- a) Dimensão epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso;
- b) Dimensão profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas suas relações sócio-político, cultural e nas perspectivas da moral e da ética.

Tendo em vistas essas duas dimensões, a estrutura curricular do Programa de Especialização em Gestão Pública Municipal sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: o Módulo Específico, contemplando a área de concentração da esfera pública geral.

6.2.2. Princípios metodológicos

Tendo presente que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

- a) **Historicidade** é vista como característica das ciências. Através desse conceito espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num continuum em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;

- b) **Construção** é o outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimento, mas também que produz conhecimentos;
- c) **Diversidade** é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos e na ação administrativa.

6.2.3. Princípios Dinamizadores

Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não só das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato que os estudantes terá uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vivência das pelos estudantes, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela prática; ou seja, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional.

Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento põe-se como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área de conhecimento e a necessária dialogicidade na busca do conhecimento da realidade educacional.

Como o Programa será desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular: interação, autonomia, trabalho cooperativo, inter e transdisciplinaridade, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade, dialogicidade.

6.3. O Curso em Gestão Pública Municipal

A proposta de capacitação para a área visa contribuir positivamente para o processo de planejamento e de iniciativas institucionais potencializando o conjunto de recursos humanos, recursos tecnológicos e de infraestrutura disponíveis com vistas ao

estabelecimento de estratégias eficazes ao desenvolvimento de políticas públicas condizentes com as necessidades da população.

7. COORDENAÇÃO DO CURSO E ORGANIZAÇÃO

A coordenação do curso será executada pela Profa. Dra. Elidiane Suane Dias de Melo Amaro, com o apoio da Coordenação Pedagógica. As disciplinas serão ministradas por professores selecionados, conforme diretrizes da UAB/Capes. A seleção dos docentes será realizada por comissão própria da UAEADTec.

A coordenação terá reuniões frequentes para o bom andamento do curso, conforme estipulado a seguir:

- a) Reuniões quinzenais com a equipe de coordenação geral e pedagógica;
- b) A coordenadora pedagógica fará reuniões semanais com os professores para fazer o acompanhamento do curso;
- c) A coordenação pedagógica fará o acompanhamento semanal de todos os tutores; Reuniões mensais com toda a coordenação para acompanhar os relatórios de tutoria enviados semanalmente pelos tutores a coordenação pedagógica.

O colegiado de coordenação didática do curso de especialização em gestão pública será formado pelo coordenador geral, coordenador pedagógico, diretor da Unidade Acadêmica e os professores do referido curso e dois alunos (titular e suplente).

O coordenador do curso tem suas atribuições definidas pelas Normas Gerais do Programa de Pós-graduação da UFRPE.

7.1. Coordenação-Geral do curso

Profa. Elidiane Suane Dias de Melo Amaro – Professora Adjunta/UFRPE/UAEADTec; Dra. em Administração – UFPE (Gestão Organizacional - 2016)

7.2. Coordenação Pedagógica

Profa. Martha Lucia Catão Zenaide de Azevedo – Professora; MSc. em Administração - UFPE (Gestão Organizacional - 2005).

7.3. Coordenação de Tutoria (Coordenação específica de Curso na modalidade EaD)

A função prevista será ofertada de acordo com os parâmetros de oferta de recursos da Capes/UAB.

7.4. Organização Administrativa (Secretaria Executiva)

SECRETARIA EXECUTIVA

Secretaria do Curso: (Secretaria da Unidade Acadêmica EAD/UFRPE).

Suporte Tecnológico para uso de Recursos de Internet: (Suporte da Unidade Acadêmica EAD/UFRPE).

8. CARGA HORÁRIA

O Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal terá uma carga horária de 510 horas, distribuídas em dois módulos de formação, com aulas ministradas a distância e atividades presenciais (ou síncronas, em casos excepcionais, devidamente justificados e aprovados pelo CCD do curso) estabelecidas previamente em calendário, que será apresentado aos estudantes. A carga horária correspondente ao Trabalho de Conclusão de Curso é de 30 horas.

Para integralização curricular o estudante deverá cumprir a carga horária referente aos créditos de cada módulo de formação, além de elaboração de trabalho de final de curso (monografia), que revele o domínio do tema escolhido e tratamento científico adequado, apreciado por uma banca examinadora.

Ressalte-se que as especializações podem comportar “Seminários temáticos”, que destaquem, atividades de pesquisa da realidade vivenciada pelo estudante. É um esforço para permitir que o estudante possa ser um dos atores efetivos, junto com o professor de conteúdo, responsáveis pela construção do seu conhecimento em gestão pública, a partir da sua interação com a própria realidade em que vive.

O curso somará, assim, 510 horas/aula, incluso o tempo para elaboração da monografia.

9. PERÍODO E PERIODICIDADE

O curso terá uma duração de 18 (dezoito) meses, incluindo cumprimento de créditos e elaboração de trabalho de conclusão de curso.

As aulas serão ministradas a distância, com períodos de aulas presenciais nos pólos de atendimento. Como temos dois módulos, o Básico e o Específico, cada um desses ciclos ocupará 240 horas, distribuídas em seis meses cada.

9.1. Disciplinas Ministradas

O curso, com 510 horas/aula, terá dois módulos: um básico e um específico, além do período de elaboração e apresentação do TCC.

9.1.1. Módulo Básico

O módulo básico constitui o núcleo comum para todas as habilitações. É composto por 08 disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 240h e 16 créditos: razão de 01 crédito para cada 15 horas/aula.

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo situando-o na passagem que vem se dando ao longo destes últimos anos de um Estado Mínimo (visão Neoliberal) para um Estado Necessário (visão de Bem-Estar Social).

Ord.	Disciplina	C.H.	Créditos
1	Introdução a EAD	30	2
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30	2
3	Estado, Governo e Mercado	30	2
4	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30	2
5	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30	2
6	Políticas Públicas	30	2
7	Planejamento Estratégico Governamental	30	2
8	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30	2
-	TOTAL DE HORAS/AULA	240	16

Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela administração pública.

9.1.2. Módulo Específico

O módulo específico no Curso em Gestão Pública Municipal é constituído por oito disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 240 horas, o correspondente a 16 créditos na razão de 01 crédito para cada 15 horas/aula.

Ord.	Disciplina	C.H.	Créditos
------	------------	------	----------

1	Metodologia da Pesquisa	30	2
2	Plano Diretor e Gestão Urbana	30	2
3	Gestão Tributária	30	2
4	Redes Públicas de Cooperação Local	30	2
5	Gestão Democrática e Participativa	30	2
6	Elaboração e Avaliação de Projetos	30	2
7	Gestão Logística	30	2
8	Processos Administrativos	30	2
-	TOTAL DE HORAS/AULA	240	16

9.1.3. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido em uma disciplina de 30 horas.

Ord.	Disciplina	C.H.	Créditos
1	Trabalho de Conclusão de Curso	30	2

9.2. Funcionamento

As aulas relativas ao curso GPM serão ministradas na modalidade EaD a razão de uma disciplina com duração média de 30 dias, constituindo-se cada disciplina no estudo de apostilas ou livro (preparadas pelo Sistema UAB – SISUAB/MEC/CAPES) disponibilizados virtualmente no moodle (Ambiente Virtual).

Semanalmente os alunos devem entregar exercícios definidos pelo professor e postá-los virtualmente na plataforma moodle. Os alunos serão assistidos por um professor tutor (Tutor virtual) que funcionará como intermediário entre o professor e o aluno, orientando no desenvolvimento dos exercícios, retirando dúvidas e cobrando a postagem dos exercícios obrigatórios para compor parte da nota final.

Durante a disciplina serão realizados encontros presenciais (ou síncronas, em casos excepcionais, devidamente justificados e aprovados pelo CCD do curso), com carga horária média de 8 horas, para o desenvolvimento de atividades e da avaliação final de cada disciplina ministrada, segundo cronograma apresentado.

10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo programático das disciplinas do curso estão apresentados no Apêndice A.

11. CORPO DOCENTE

O corpo docente do presente curso será formado, preferencialmente, por professores com titulação de Doutorado e Mestrado, previamente selecionados a partir das recomendações da UAB/Capes. Esse nível de titulação é previsto pelas Normas Internas de Cursos de Pós-graduação Lato-Sensu da UFRPE.

O curso também contará com uma equipe de professores-tutores para auxiliar cada professor-executor dando assistência às turmas lotadas nos polos presenciais escolhidos, a saber: Polo Jaboatão, Polo Limoeiro, Polo Pesqueira, Polo Santa Cruz do Capibaribe e Polo Tabira. A seleção destes pólos se deu tendo como critério de escolha a importância geográfica da área e autorização da CAPES-UAB.

11.1. Equipe de professores-executores

O corpo docente será constituído pelos professores abaixo relacionados no quadro 1:

Quadro 1 - Corpo Docente, Titulação e Instituição

PROFESSOR	TITULAÇÃO	LATTES	DISCIPLINA
Maria Cecília Cerminaro Derisso	Mestre	http://lattes.cnpq.br/9790614365588296	Introdução a EAD
Adriano Gomes Ferreira	Doutor	http://lattes.cnpq.br/8520565593123918	O Público e o Privado na Gestão Pública
Álvaro Furtado Coelho Júnior	Doutor	http://lattes.cnpq.br/1248468009730949	Estado, Governo e Mercado
Lucas Alencar Pinto	Mestre	http://lattes.cnpq.br/0226788457940075	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro
Ademir Mengue	Mestre	http://lattes.cnpq.br/7021613187109873	O Estado e os Problemas Contemporâneos
Rodrigo Gayger Amaro	Mestre	http://lattes.cnpq.br/2781609006425286	Políticas Públicas
Julio Cesar de Moraes Ribeiro	Mestre	http://lattes.cnpq.br/7636597981635430	Planejamento Estratégico Governamental

Rodrigo Dannel da Silva Alexandre	Mestre	http://lattes.cnpq.br/3855895703137244	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública
Rodrigo Gayger Amaro	Mestre	http://lattes.cnpq.br/2781609006425286	Metodologia da Pesquisa
Luiz Claudio Ribeiro Machado	Mestre	http://lattes.cnpq.br/6359712741593257	Plano Diretor e Gestão Urbana
Natasha Navarro Pedrosa	Mestre	http://lattes.cnpq.br/3772713873730653	Gestão Tributária
Ademir Mengue	Mestre	http://lattes.cnpq.br/7021613187109873	Redes Públicas de Cooperação Local
Lucas Alencar Pinto	Mestre	http://lattes.cnpq.br/0226788457940075	Gestão Democrática e Participativa
Jackson Eduardo Gonçalves	Mestre	http://lattes.cnpq.br/3220345320993636	Elaboração e Avaliação de Projetos
Murilo Roberto Jesus Maganha	Doutor	http://lattes.cnpq.br/6139819956974982	Gestão Logística
Jair Jeremias Júnior	Mestre	http://lattes.cnpq.br/7159566689096665	Processos Administrativos

11.2. Equipe de professores-tutores

11.2.1. Tutoria-Virtual

O curso contará com uma equipe de até 20 professores - tutores virtuais, para fazer frente a 05 turmas, constituídas em 05 polos presenciais, cada polo contando com 30 alunos.

11.2.2. Tutores presenciais

Haverá também nos polos a figura dos tutores presenciais. A tutoria presencial será exercida diretamente nos polos, tanto individualmente quanto em grupo. Esta tutoria estará disponível nos dias da semana, inclusive aos sábados, nos turnos da manhã e tarde. Um cronograma de atendimento estará disponível para os alunos.

Os tutores presenciais irão atuar presencialmente em cada polo executando atividades de organização e administração do curso, contatos buscando os saberes sobre os motivos de eventuais ausências de alunos minimizando a evasão e servindo de referência para que os alunos possam receber material, acompanhar estágio em parceria

com a coordenação pedagógica e servir de elo de comunicação com os alunos, professores e coordenação. Essa orientação deve ser feita no sentido de resolver possíveis problemas dos alunos para que os mesmos não encontrem dificuldades que possam interferir no desempenho do curso.

A função prevista será ofertada de acordo com os parâmetros de oferta de recursos da Capes/UAB.

11.3. Requisitos para ocupação das funções de tutor

O tutor deverá possuir formação de nível superior, no mínimo. O mesmo pode ter pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) nas áreas específicas.

Os tutores selecionados que não tenham conhecimentos em Educação a Distância farão uma capacitação.

11.4. Previsão de Capacitação

Os docentes previstos para o Curso de EAD que não possuem experiência na educação a distância poderão fazer uma capacitação em metodologia para a Educação a Distância, a depender da oferta de cursos pela Comissão de Formação Continuada da UAEADTec.

12. METODOLOGIA

O Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal será ofertado na modalidade a distância (EaD).

12.1. A Organização do Sistema de EAD

A modalidade EaD exige uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que possa garantir as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Trata-se de uma ação complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos.

A EaD foi pensada então pela UFRPE, para ser implementada numa perspectiva sistêmica. A metáfora da rede traduz bem essa visão da organização do trabalho pedagógico. Alguns atores são importantes neste processo. Exemplifica-se a seguir alguns deles:

O estudante ou cursista: aluno matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;

Professores autores: responsáveis pela produção dos textos de apoio;

Professores “especialistas”: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso, também chamado de “professor executor”, com titulação mínima de Mestrado, preferencialmente de doutorado.

Professores pesquisadores: (podendo vir a serem engajados na orientação de monografias ou trabalhos de final de curso);

Professores Tutores / Orientadores: Recrutados nas áreas de Administração e/ou nas áreas dos Módulos Específicos, com experiência mínima de um ano no magistério superior, com a função de acompanhar, apoiar e avaliar os cursistas em sua caminhada. Pode ser da alçada do próprio professor “especialista ou executor” responsável pela oferta da disciplina, formar uma equipe de orientadores (professores tutores), sob sua supervisão para ministrar uma dada disciplina;

Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de dar suporte ao ambiente virtual (AVA) no qual vai se dar a veiculação da prática educacional. Do ponto de vista logístico, viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica envolvendo a produção e a distribuição de material didático junto ao cursista.

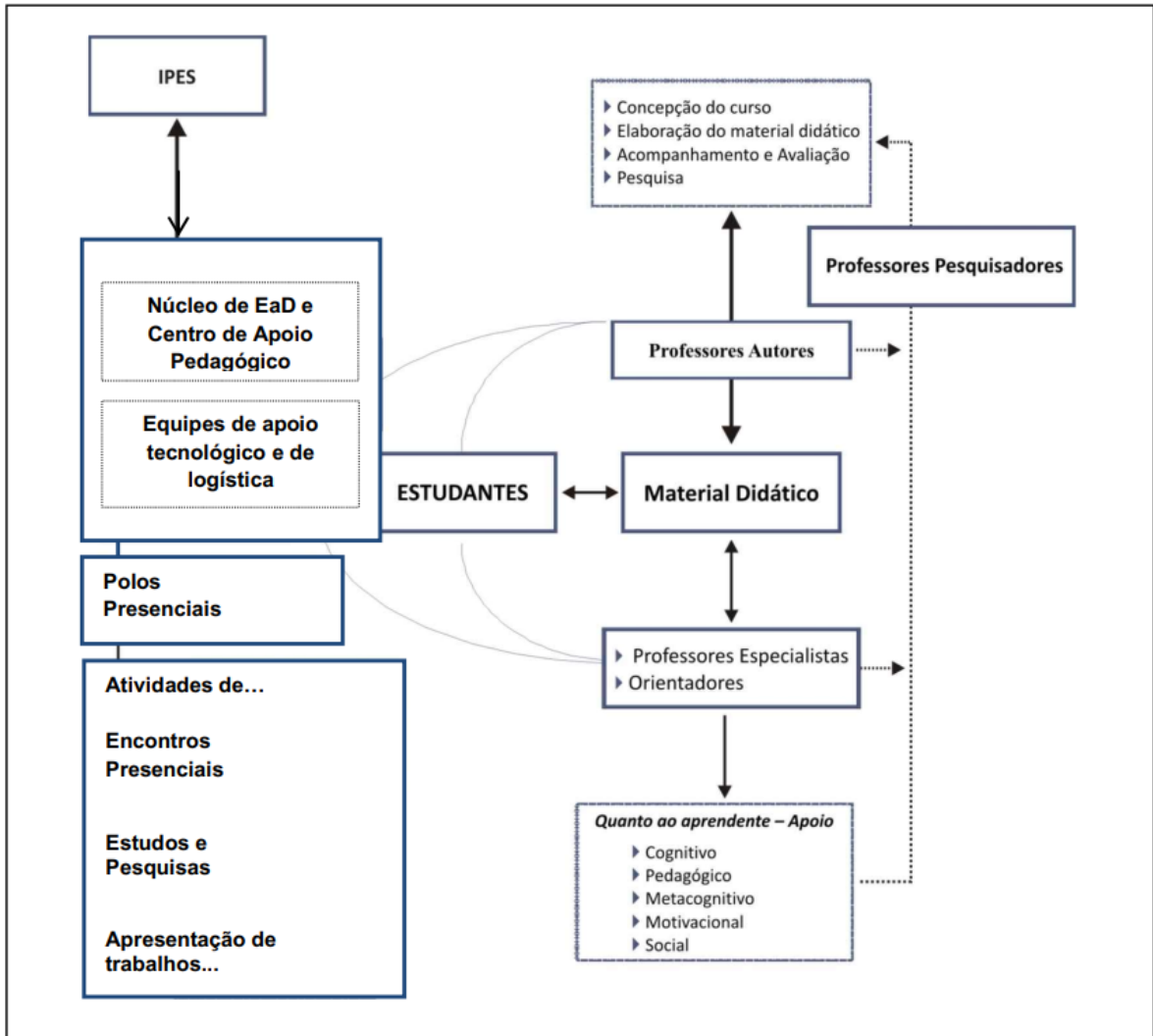
A figura 1 apresentada como segue, esquematiza a estrutura administrativo-pedagógica de um curso na modalidade EaD. Nessa figura (Fig.1) destaca-se:

O material didático: o elo de diálogo do estudante com o autor, com o professor especialista, com o orientador;

O Núcleo/Centro/Secretaria de Educação a Distância: em que atua a equipe pedagógica do curso, composta por professores e técnicos de diferentes áreas do conhecimento, responsável pela gestão do projeto pedagógico do curso e/ou modalidade;

Polos de Apoio Presencial: onde se oferece ao cursista estrutura de apoio ao desenvolvimento de suas atividades no curso.

Figura 1 – Componentes do Funcionamento de um Curso EaD



Fonte: Adaptação de Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Pública modalidade EaD, 2009

Assim estruturada, a “instituição ensinante” busca oferecer um saber atualizado (filtrando o conhecimento das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando à educação permanente do cursista e estando compromissada com o meio circundante.

12.2. A Organização Estrutural do Curso

Para a organização do curso devem estar presente constantemente:

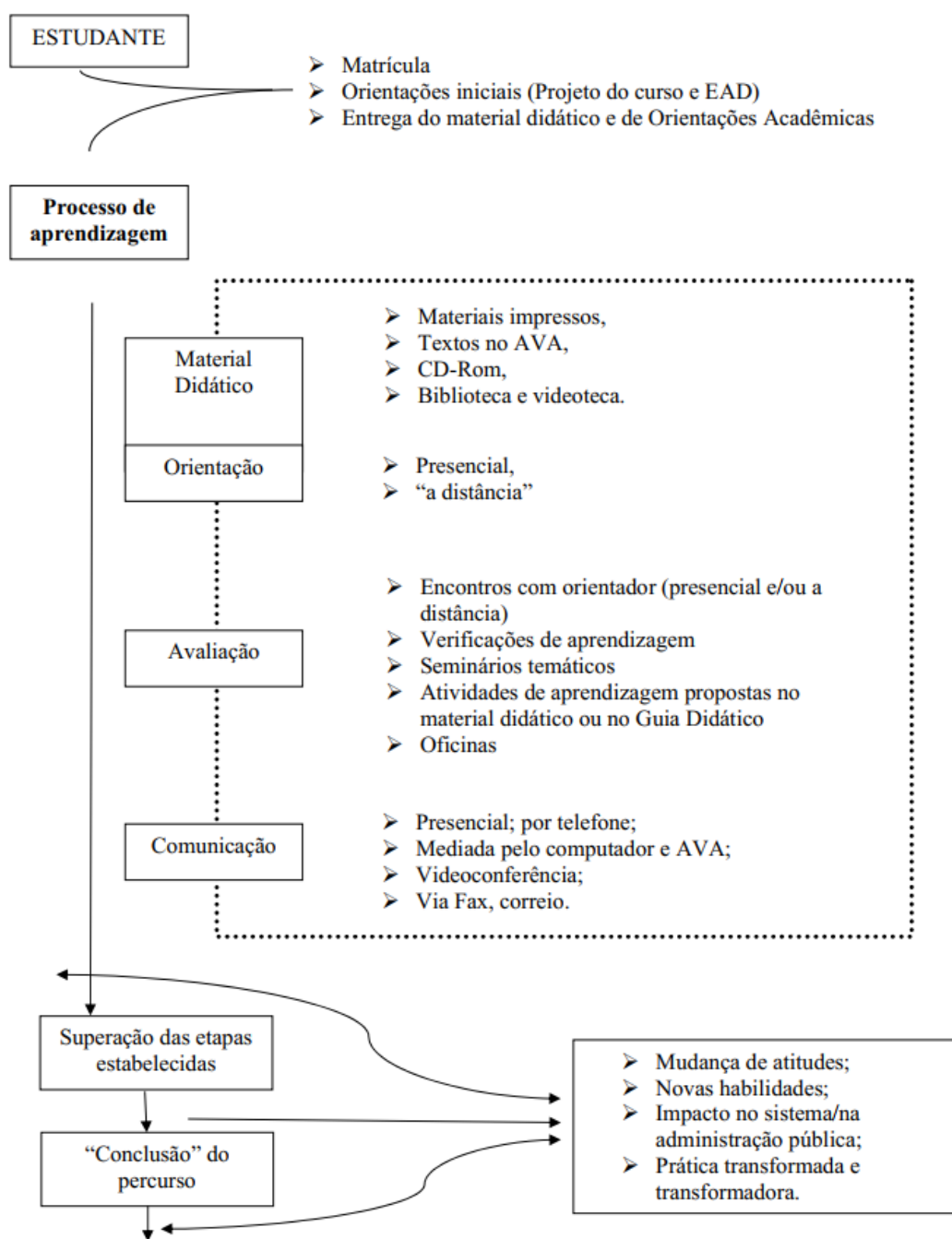
A estrutura organizativa: composta pelos subsistemas de concepção do curso, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Polos de Apoio Presencial;

A comunicação: que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, uma implicação consciente do aprendiz, uma intencionalidade, uma atitude adequada, as destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos alunos; e

O trabalho cooperativo: Na modalidade a distância, o que há na maioria das vezes, se contrapondo ao trabalho individual, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores). A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, deve se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

Na figura 2 a seguir, desenha-se o caminho proposto a ser percorrido pelo discente neste curso.

Figura 2: Percurso do estudante



Fonte: PRETI, 1996 (adaptação)

É importante frisar que todos os passos e etapas do curso são planejados pela equipe pedagógica com antecedência e que os estudantes devem ser informados desde o início de seu percurso. Por isso, ao matricular-se, o estudante recebe o Projeto Pedagógico do curso contendo todas as informações referentes ao curso e a modalidade e o calendário do semestre, ou do ano.

Cada disciplina tem momentos presenciais (ou síncronas, em casos excepcionais, devidamente justificados e aprovados pelo CCD do curso) e a distância/assíncronos. No momento a distância, o aluno lê o Texto de Apoio, tendo que apresentar atividades de aprendizagem em que evidencia sua compreensão dos conteúdos estudados e sua aplicação no campo da Administração Pública.

Nos encontros presenciais (ou síncronos, em casos excepcionais, devidamente justificados e aprovados pelo CCD do curso) que podem ocupar um dia ou um dia e meio, são realizadas as atividades e as avaliações da disciplina, por meio de provas subjetivas, ou exposição de trabalhos, ou realização de oficinas. Na véspera da avaliação, como momento de fechamento da disciplina, pode-se organizar um encontro dos alunos com o professor responsável pela mesma. Aproveita-se a presença dos alunos para discussão temática com o professor da disciplina que será oferecida em seguida.

O aluno enviará atividades e manterá contato com o seu orientador utilizando sempre o ambiente virtual de aprendizagem, para que tudo fique registrado no sistema, evitando dissabores, muito comuns quando se utiliza outra rede de comunicação, como o correio eletrônico.

No desenvolvimento do curso, são oferecidos aos alunos suportes administrativo, pedagógico, cognitivo, metacognitivo, motivacional, propiciando-lhe clima de auto-aprendizagem e oferecendo assim, ensino de qualidade.

A modalidade a distância, portanto, não deve ser pensada como algo à parte da organização de ensino. É necessário que o aluno compreenda que Educação a Distância é educação permanente, contínua e que, dadas as suas características, se faz imprescindível a organização de um sistema que ofereça ao estudante as condições para que o mesmo efetue sua formação profissional.

12.3. A organização do curso

A educação a distância, embora prescindida da relação face-a-face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre alunos, professores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- processo de orientação e avaliação próprios;
- monitoramento do percurso do estudante;

- criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos.

Para o curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, na modalidade a distância, a estrutura e organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem:

12.3.1. Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Pólos e a UFRPE. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na UFRPE, com a garantia de:

- manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- manutenção dos núcleos tecnológicos na IPES e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a IPES.

12.3.2. Produção de Material Didático

O material didático do curso, no âmbito da proposta curricular, configura-se como um dos dinamizadores da construção curricular e também como um balizador metodológico. É mediante o material didático que são feitos os recortes das áreas de conhecimento trabalhadas no curso, além do direcionamento metodológico proposto fazendo recurso aos conceitos de historicidade, construção e diversidade. Os professores autores participarão de uma discussão coletiva com a equipe pedagógica do curso e especialistas no processo de concepção e produção de material didático para a EAD, para se definir os conteúdos a serem trabalhados, a linguagem a ser utilizada, a estrutura do texto a ser construído, o design gráfico, etc. Assim, o material ganhará unidade conceitual e didática, com a identidade da instituição.

Caso não seja possível ou não se opte pela produção do material didático do curso ou de uma disciplina, o professor especialista da disciplina produzirá um Guia Didático para os estudantes, estratégia esta muito utilizada na EAD.

12.3.3. O processo de avaliação da aprendizagem

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora possa se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da educação a distância deve ser a de obter dos alunos não a capacidade de reproduzir idéias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa: buscar interação permanente com os colegas, os especialistas e com os orientadores acadêmicos todas as vezes que sentir necessidade; obter confiança e auto-estima frente ao trabalho realizado; desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático básico para a orientação do aluno, deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e para a relação intersubjetiva, dialógica, professor-aluno, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos das políticas públicas e dos processos de gestão.

Embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

- o acompanhamento do percurso de estudo do aluno, mediante diálogos;
- produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados;
- desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas realizadas ao longo dos dois Núcleos.

12.3.4. Monitoramento do percurso do estudante

É muito importante que, além da figura do orientador, alguém da equipe técnica de suporte do AVA monitore a participação do estudante no curso e produza relatórios quinzenais para o orientador ter um quadro de desempenho dos estudantes da turma sob sua responsabilidade.

12.3.5. Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos

Na EaD, presencialidade ganha sentido de “estar juntos”, mesmo estando a distância. Isso é possível, graças também às Novas Tecnologias da Comunicação e à criação dos ambientes virtuais de aprendizagem que, a cada ano que passa, vão se desenvolvendo e propiciando interatividade, o diálogo entre os sujeitos da ação educativa, mesmo estando em espaços e momentos diferentes. Por isso, deve-se fazer opção por uma plataforma que possibilite aos professores, orientadores e alunos o encontro, o diálogo, as trocas de saberes, a produção coletiva e colaborativa.

13. INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade de um curso na modalidade EaD se dá em diversos momentos. No curso GP a interdisciplinaridade começa na preparação do material didático onde através da Capes e Sistema UAB foi contratada a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC para se responsabilizar e gerenciar o desenvolvimento do material didático para o programa PNAP.

Assim, as equipes foram formadas por profissionais de todo o Brasil, especialistas nas diversas disciplinas oferecidas pelo curso (Gestão Pública Municipal), proporcionando assim ao estudante uma visão ampla dos principais problemas que afligem a Administração Pública e sua gestão, dentro de uma perspectiva multidisciplinar.

Durante o desenvolvimento das disciplinas do curso a interdisciplinaridade foi praticada quando dos trabalhos em grupo que sistematicamente eram desenvolvidos em equipes formadas por profissionais de várias áreas do conhecimento e onde eram discutidas as diferentes visões com apresentações que se deram sistematicamente nos encontros presenciais ou síncronos. Também nos fóruns virtuais a interdisciplinaridade tinha lugar com os debates estabelecidos nas discussões dos diferentes temas passados pelo professor da cadeira, discussões estas acompanhadas e animadas pelos professores tutores ligados ao curso.

14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares estarão presentes no curso GPM através dos trabalhos atribuídos pelos professores das disciplinas que implicam em visitas a empresas e/ou órgãos da administração pública, elaboração de projetos, estudo de casos para serem postados no ambiente virtual e apresentados nos encontros presenciais.

15. TECNOLOGIA

O curso em Gestão Pública Municipal, em especial por ser desenvolvido na modalidade EaD terá que contar com inúmeros recursos tecnológicos para permitir que alunos, em sua maioria habitando distante da capital, onde se centralizam as atividades administrativas do curso, poderão ter acesso aos materiais suplementares colocados pelo Professor da disciplina em meio digital.

Assim, o curso conta com a plataforma *moodle* que é uma plataforma aberta do ponto de vista da necessidade de eventuais pagamentos de royalties e que esteve disponível para os alunos para postagem de exercícios, acesso a material didático, além da apostila preparada pela Capes para ser fisicamente distribuída com os alunos.

Os alunos, além de usufruírem do ambiente virtual, terão o apoio de um professor/tutor para cada turma constituída, em número de vinte (20), para o seguimento e apoio ao cumprimento das atividades acadêmicas.

15.1. Linguagens e mídias compatíveis com o projeto

O Ambiente *Moodle* poderá ser utilizado na maioria das atividades a distância, a serem propostas. Essa plataforma está disponível para utilização sem custos adicionais às Universidades e Governo do Estado, tanto para professores quanto para alunos.

Além desses ambientes, outras linguagens e mídias serão utilizadas.

15.2. Convergência e Integração das Diferentes Mídias

A convergência e integração das diferentes mídias serão feitas através da Plataforma Moodle.

15.3. Comunicação entre alunos, mediador pedagógico/tutores e professor-executor

- Fórum de Discussão: esta ferramenta propiciará a interatividade entre aluno-aluno e alunos-formadores, oferecendo maiores condições aos participantes para se conhecerem e trocarem experiências e debaterem temas pertinentes. Nesse espaço, os alunos poderão elaborar e expor suas idéias e opiniões, possibilitando as intervenções dos formadores e dos próprios colegas, com o intuito de instigar a reflexão e depuração do trabalho em desenvolvimento, visando a formalização de conceitos, bem como a construção do conhecimento (PRADO, VALENTE, 2002).

- Chat ou Bate-papo: possibilitará oportunidades de interação em tempo real, caracterizado por Masetto (2000) como um momento de brainstorm entre os participantes, tornando-se criativo e construído coletivamente, podendo gerar ideias e temas para serem estudados e aprofundados.

A participação do tutor neste processo é primordial uma vez que ele irá acompanhar o desenvolvimento das atividades propostas, fazendo a verificação da participação dos cursistas, identificando os avanços e dificuldades no sentido de dar um máximo de subsídios aos professores para que ocorra uma melhor depuração do processo, ele deverá manter o professor-executor da disciplina informado constantemente sobre o desenvolvimento dos cursistas e ser facilitador da interação com os cursistas por meio de recursos como: agenda, portfolio, fórum, e-mail e biblioteca, entre outros.

16. INFRAESTRUTURA FÍSICA

O curso em Gestão Pública Municipal do ponto de vista estrutural pode contar com a infraestrutura disponível existente nos polos onde será ofertado. Esses polos são dotados de infraestrutura laboratorial onde os alunos dispõem de computadores ligados em rede para atender àqueles cursistas que eventualmente não contam com as facilidades da Internet em sua residência. Além de servir como ponto de apoio para encontro de grupos na elaboração de trabalhos conjuntos.

Nesses polos são disponibilizadas também salas de aula onde se dão (e se deram) mensalmente os encontros presenciais (obrigatórios) para avaliação final de cada disciplina.

16.1. Laboratórios e Equipamentos que serão utilizados

A Universidade Federal Rural de Pernambuco disponibiliza para a execução do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, 06 laboratórios conectados à Internet, disponíveis no CEGOE e 02 laboratórios disponíveis no CEAGRI.

Além destes laboratórios, cada pólo de atendimento possui um laboratório com máquinas conectadas à Internet, além do Laboratório de Educação a Distância que estará disponível para o desenvolvimento de conteúdo, pesquisa e experimentação das tecnologias a serem utilizadas nas atividades do curso pelos professores.

Os equipamentos disponíveis neste laboratório constam de 20 computadores, impressora Multifuncional Jato de tinta HP, 01 Scanner de mesa, 12 tablet, poltronas e cadeiras giratórias, impressora laser, impressora laser colorida, 02 câmeras fotográficas digital, 03 notebooks, 04 projetores multimídia, 01 filmadora e televisão.

16.2. Acervo atualizado de material didático e bibliográfico

Os materiais didáticos desenvolvidos nas disciplinas serão disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem. A coordenação geral do Curso de Especialização estará organizando um evento para que as pessoas envolvidas no processo educacional possam ter acesso ao ambiente.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Para o curso de especialização em Gestão Pública Municipal, voltado para alunos portadores de diploma em áreas afins, a seleção dos cursistas obedecerá ao critério da análise curricular.

Os alunos devem fazer sua inscrição no site próprio do curso criado para esse fim e, encaminhar à Coordenação Central EaD os currículos em formato LATTES que serão posteriormente analisados por uma equipe de professores designada pela coordenação do Programa. O processo de seleção se desenrolará por polo, segunda sua região.

Os critérios para a análise curricular, que serão utilizados para seleção dos candidatos para o curso de especialização em Gestão Pública, são:

Tabela 2 – Critérios para avaliação curricular

Critérios	Peso max.
Titulação	15%
Servidor Público (enquadrado na função)	25%
Formação em áreas afins	35%
Publicação de artigos em periódicos ou congressos	15%
Experiência de trabalho (tempo e realizações)	10%
TOTAL	100%

Fonte: Elaboração própria

O curriculum deverá ser acompanhado de suas peças comprobatórias (curriculum comprovado – diplomas, comprovantes de trabalho, de trabalhos publicados, etc). Somente serão considerados na análise e pontuados os itens devidamente comprovados.

Em caso de possuir título de doutor, o aluno ganhará 15% de uma nota variando de 0 a 100. Mestrado stricto-sensu (comprovado por diploma) obtém 10% do valor de 100 pontos e curso de especialização (nas áreas afins) 05% de 100.

No caso de ser servidor público, comprovadamente enquadrado em função, obtém mais 25 pontos (25% de 100). Não sendo servidor público obtém 20% de 100 pontos.

Qualquer candidato inscrito, portador de diploma em uma das áreas afins, obtém na contagem geral 35% de 100 pontos.

As áreas consideradas afins são amplas no sentido de possibilitar a entrada de candidatos atuando nas mais diversas modalidades profissionais (Administração, Economia, Direito, Ciências Agrárias, Engenharias, Psicologia e demais ciências sociais).

Para contagem da pontuação referente à publicação em periódicos e/ou em seminários dentro das áreas de formação, se seguirá os critérios seguintes:

Quinze (15) pontos (15% de 100 pontos) se possuir 05 ou mais de 05 artigos publicados em periódicos (com Conselho Editorial) nos últimos 05 anos. Dez (10) pontos, caso possua de 2 (inclusive), até 04 artigos publicados (últimos cinco anos), seja em periódicos, seja em anais de congressos reconhecidos pela Capes. E cinco (05) pontos, caso só possua 01 artigo publicado.

O candidato, na análise curricular, obterá mais 10 pontos (10% de 100) caso consiga comprovar que possui experiência de mais de 05 anos, de efetivo trabalho em empresas ou organizações formalmente constituídas. Obterá 05 pontos (5% de 100) se tiver de um (01) a cinco (05) anos de efetivo trabalho. Ganha 01 ponto caso tenha menos de 01 ano de trabalho efetivo.

Segue tabela 3 sintetizando os critérios apresentados e sua respectiva pontuação:

Tabela 3 – Distribuição da pontuação – seleção

CRITÉRIOS	CONDIÇÃO/PONTUAÇÃO					
Titulação	Doutorado	15	Mestrado	10	Especialização	05
Servidor público enquadrado na função	Sim	25	Não	20		
Graduação nas áreas afins do curso	Sim	35	Não	-		
Publicação em Revistas/Congressos	05 ou > 05 (05 anos)	15	De 2 a 4	10	Pelo menos 01 publicação	05
Experiência de trabalho	Mais de 05 anos	10	De 1 a 5 anos	05	Mais de 01 ano	02
Máximo de pontos	Total	100				

Fonte: Elaboração própria

O resultado obtido será dividido por 100 obtendo o candidato assim, sua pontuação final. A nota mínima para ser aprovado e classificado no curso GPM é de sete (07) pontos. Em caso de empate na pontuação adquirida, o critério utilizado para classificação será o de maior idade.

Após selecionados os alunos, será aberto o período de inscrição segundo lista de classificação publicada no site do curso.

Das 150 vagas disponíveis, o processo de seleção e alocação de alunos será feito segundo a seguinte disposição de vagas por polo:

- Polo Jaboaão - 30 vagas (engloba alunos das adjacências);
- Polo Carpina - 30 vagas (envolve alunos das adjacências).
- Polo Santa Cruz do Capibaribe - 30 vagas (envolve alunos das adjacências).
- Polo Pesqueira – 30 vagas (abrange alunos das adjacências).
- Polo Tabira – 30 vagas (abrange alunos das adjacências).

Serão reservadas 5% das vagas para alunos habitando outros estados da federação que serão distribuídos pelos 05 polos do curso na proporção de sua frequência. Desde que, obviamente, venham a ser aprovados.

A seleção será feita por polo respeitando os limites geográficos das regiões. Assim, não poderá concorrer às vagas de um polo, aluno que habite em uma região diferente daquela definida para aquele polo.

Caso não sejam preenchidas todas as vagas nos respectivos polos e existam alunos aprovados com nota superior a sete (07), originários de outro polo, neste caso, eles poderão ser remanejados podendo optar para seguir o curso em um polo de sua escolha, diferente do (polo) de sua região, desde que existam vagas disponíveis.

Uma vez feita a matrícula em um polo específico, em qualquer que seja a situação, não poderá o aluno pleitear a sua transferência para um polo de sua conveniência. Salvo em casos específicos previstos em Lei (gravidez, transferência do cônjuge e, eventualmente, outros).

A admissão ao Curso será feita mediante processo público de seleção, regulamentado por edital específico.

18. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

18.1. Avaliação do Ensino-Aprendizagem

A avaliação do Ensino-Aprendizagem, compreendendo os aspectos de aproveitamento e frequência, envolve a postagem de trabalhos no AVA, a elaboração e apresentação de trabalhos escritos, tanto individuais como em grupo nos encontros presenciais (ou síncronos, em casos excepcionais, devidamente justificados e aprovados pelo CCD do curso) ou uma prova, a critério do professor, e mais, a apresentação de monografia como trabalho de final de curso.

O resultado da avaliação por disciplina será explicitado em notas de 0 a 10, traduzidos em conceitos A, B, C, D e E. Foi estabelecida a seguinte equivalência entre os níveis, conceitos e escalas numéricas de notas segundo o que estabelece a Resolução

277 /2011 – CEPE, a saber: A – Excelente (9,00 a 10,00); B – Bom (7,50 a 8,99); C – Regular (6,00 a 7,49); D – Fraco (4,00 a 5,99); E – Deficiente (0,00 a 3,99).

Em cumprimento ao estatuído na Resolução 277/2011 não terá direito ao certificado de conclusão do Curso, o participante que apresentar:

- a) Frequência inferior a 75% da carga horária global;
- b) Abandonar uma ou mais disciplinas;
- c) Média global inferior a 7,00 (sete);
- d) Conceito E em qualquer disciplina*;
- e) Conceito “D” ou “E” na Monografia ou Trabalho de Conclusão do Curso (TCC);
- f) Monografia entregue fora do prazo estabelecido.

A média final do curso é calculada através da média aritmética da soma dos pontos obtidos em cada uma das disciplinas.

A avaliação é um processo contínuo, cumulativo, descritivo, compreensivo, cujo objetivo principal é possibilitar aos sujeitos da prática educativa (professores, estudantes, orientadores, coordenadores) acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico.

Nesse sentido, pressupõe análises e reflexões relativas às dimensões estruturais e organizacionais do projeto, numa abordagem didático-pedagógica, como também as dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação.

Cada conteúdo (disciplina) terá um valor expreso em horas de aula.

18.2. Avaliação de Aprendizagem - Processo de Recuperação

Haverá no final do curso de Gestão Pública Municipal, ao término das disciplinas, uma prova de recuperação, podendo participar do processo alunos que tenham obtido nota insuficiente (Conceito E) em até três disciplinas. Caso o aluno tenha conceito E (nota abaixo de 4,0), segundo escala estabelecida pela Resolução 277/11, em uma quarta disciplina, esse aluno não poderá participar do processo de recuperação, não fazendo jus ao certificado do curso.

18.3. Avaliação Institucional (Medição do desempenho dos alunos, dos docentes, da coordenação, da infraestrutura tecnológica e administrativa e auto-avaliação do corpo discente).

Avaliação é um ato de reflexão, e só tem sentido se inserida no contexto histórico, social, político, territorial e cultural dos sujeitos envolvidos.

A avaliação é parte constituinte do curso de Especialização em Gestão Pública. Significa dizer que os procedimentos, os processos de construção e de aprendizagem, as experiências divididas, a interação, as dificuldades, as conquistas, os desafios assumidos serão valorizados e compreendidos.

Com esse raciocínio, o processo de avaliação dos trabalhos será conduzido por meio da aplicação de questionários respondidos por todos os envolvidos no processo, e do processo de auto-avaliação em todos os seguimentos, a saber, alunos, orientadores docentes e tutoria, além da avaliação da infra-estrutura de suporte tecnológico e científico.

A avaliação institucional será desenvolvida para cada disciplina com base em dois questionários, um aplicado no final do curso a todos os professores e tutores do curso e o outro, aplicado ao final de cada disciplina aos alunos que estiverem presentes no momento da pesquisa.

Na avaliação sobre o desempenho dos alunos pelo corpo docente, no formulário a ser entregue a seu tempo aos professores/tutores, serão considerados os seguintes critérios: assiduidade ao ambiente virtual, leitura de textos e participação nos exercícios, desempenho em grupo e conhecimento do aluno para absorção dos conteúdos ministrados.

Para avaliação do desempenho dos docentes em cada disciplina e da adequação da própria disciplina ao contexto do curso, o formulário que será entregue aos alunos, referir-se-á aos seguintes aspectos: conteúdo selecionado, domínio do conteúdo, cumprimento dos objetivos, relação professor x aluno, metodologia utilizada, qualidade dos recursos didáticos, qualidade dos textos utilizados, bibliografia, sistema de avaliação adotado, adequação da carga horária.

Quanto à Coordenação, serão avaliados os seguintes aspectos: apoio da coordenação, integração coordenação x participante e as condições ambientais.

Quanto à autoavaliação dos alunos, pesquisar-se-á os aspectos quanto à participação, interesse, assiduidade, pontualidade e progresso intelectual e progresso pessoal obtido.

18.4. Avaliação do Desempenho no Ambiente Virtual

A tabela 4 a seguir apresenta uma diretriz para a avaliação do desempenho do aluno do curso no Ambiente Virtual (AVA).

Tabela 4 – Itens para avaliação do curso (desempenho no AVA)

Itens de Avaliação dos Alunos	Pesos
Realização das Atividades (postagem dos exercícios, participação em fóruns e aulas síncronas etc.)	40%

Percentual de Acessos	5%
Participação nos Instrumentos de Avaliação da Disciplina	5%
Verificação de Aprendizagem - Desenvolvimento dos Projetos Intergrupo	50%
Total	100%

Para obtenção dos valores máximos em cada item, serão considerados os seguintes aspectos (Tab. 5):

Tabela 5 – Critérios de Avaliação

Atividades	Pelo menos 70% de realização	Qualidade da produção
Participação nos Fóruns	Pelo menos 2 mensagens remetidas por semana	Qualidade das contribuições
Participação nos Chats (quando houver)	Participação em pelo menos metade dos Chats marcados	Qualidade das contribuições
Acessos	Pelo menos 2 dias por semana	
Instrumentos de Avaliação da Disciplina	Obrigatório	Qualidade da argumentação
Verificação de Aprendizagem - Participação intergrupo	Obrigatório	Qualidade da produção

18.5. Modelo Estatístico de Avaliação

A tabela 6 que se segue, e que será apresentada no final do curso, é um modelo-síntese do como deverão ser apresentados os resultados da avaliação do curso em todas as suas dimensões com base nos formulários aplicados junto aos professores, tutores e aos alunos do curso.

Tabela 6 – Modelo de quadro síntese dos questionários aplicados na avaliação do curso

A. AVALIAÇÃO DO CURSO PELOS PROFESSORES	MÉDIA
1. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ALUNOS PELO CORPO DOCENTE (critérios)	(Itens abaixo)
<ul style="list-style-type: none"> ● Assiduidade ● Leitura dos textos e participação em atividades virtuais ● Participação em atividades de grupo ● Nível de conhecimento e absorção do conteúdo pelo grupo 	- - - -
B. AVALIAÇÃO DO CURSO PELOS ALUNOS	Média
2. AVALIAÇÃO GERAL DO CURSO (critérios)	(Itens abaixo)
<ul style="list-style-type: none"> ● Conteúdo das disciplinas em relação aos objetivos do curso ● Apostilas em geral do curso estavam bem elaboradas? 	- -

<ul style="list-style-type: none"> ● Sistemática de avaliação utilizada, exercícios virtuais, encontro presencial ● Técnicas de comunicação interação tutor/aluno ● Autoavaliação do aluno, participação e desempenho no curso ● Contribuição do curso GPM para formação e conhecimento do aluno 	- - - -
3. AVALIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO CURSO (critérios)	(itens abaixo)
<ul style="list-style-type: none"> ● Apoio didático obtido e secretariado ● Coordenação do curso ● Ambiente virtual (<i>moodle</i>) utilizado ● Disponibilidade das apostilas por disciplina, recebimento dentro do tempo ● Participação da tutoria no esclarecimento de dúvidas 	- - - - -
4. IMPORTÂNCIA QUANTO AO VALOR DO CURSO NA ATIVIDADE PROFISSIONAL (critérios)	(itens abaixo)
<ul style="list-style-type: none"> ● Importância do curso para a economia e adequado para entender os desafios colocados pela administração pública 	-
5. AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS E CORPO DOCENTE (critérios)	(itens abaixo)
<ul style="list-style-type: none"> ● Conteúdo da disciplina, dos livros disponibilizados (apostilas) ● Metodologia de disposição de material no <i>moodle</i> ● Atendimento às dúvidas suscitadas pelo aluno (conjunto prof/tutor) ● Desempenho do quadro de professores nas disciplinas 	- - - -
Média do Curso GPM atribuída pelos alunos (Itens 2, 3, 4, 5)	Média

Fonte: Dados da pesquisa

19. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

O controle de frequência do curso GPM modalidade EAD será procedido de duas maneiras:

- 1) Frequência de entrada no ambiente virtual (cada aluno deve postar no AVA em uma data pré-fixada, um número determinado de exercícios passados pelo professor-executor da disciplina que estipula uma data para essa postagem. O aluno é avaliado pela qualidade do exercício entregue, de sorte que, se não o postar (por não ter participado das discussões ou por outro motivo) terá sua nota rebaixada de um percentual específico. No caso do curso em epígrafe, um percentual de 40%. Ou seja, o conjunto dos exercícios virtuais passados pelo professor valem 40% da nota final da disciplina.
- 2) Participação nos encontros presenciais / avaliação (o aluno que faltar ao encontro presencial (ou síncrono, em casos excepcionais, devidamente justificados e aprovados pelo CCD do curso) de uma dada disciplina, cuja nota vale no presente curso, 50% de um total dez pontos, deverá entrar em contato com a coordenação, em até 48 horas úteis, para agendamento da

realização da 2ª chamada, na hipótese de o aluno por motivo justo, ter faltado a esse encontro.

O aluno ao faltar aos encontros presenciais (obrigatórios pelo MEC para validação da nota nos cursos em EaD) findará por ser afastado do curso pela aplicação do Art. 25 da Resolução 293/2019 – CEPE que rege os programas de pós-graduação da UFRPE quando fixa que:

Art. 25. Será desligado do curso, o discente que:
(...)
II. Abandonar uma ou mais disciplinas.
III. Apresentar frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina.
(...)

Dessa forma se fará o controle de presença do aluno, a uma, pela frequência de entrada no moodle implicando na postagem (ou não) dos exercícios semanais da disciplina; a duas, participação no momento do encontro presencial (ou síncrono, em casos excepcionais, devidamente justificados e aprovados pelo CCD do curso).

No início do curso os discentes receberão um calendário onde estarão previstos os momentos presenciais (ou síncronos, em casos excepcionais, devidamente justificados e aprovados pelo CCD do curso) obrigatórios. Além destes encontros agendados previamente, poderão ser solicitados outros encontros presenciais (ou síncronos, em casos excepcionais, devidamente justificados e aprovados pelo CCD do curso), conforme a necessidade de cada disciplina.

O primeiro encontro presencial, com uma abertura solene no início do curso, terá como objetivo orientar os cursistas quanto ao uso do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), fornecer informações sobre o funcionamento e desenvolvimento das atividades do curso e entregar o Guia do aluno/curso com o programa das atividades e das reuniões com os tutores de aprendizagem.

O acompanhamento das atividades será feito através de relatórios parciais, orientados pela equipe de tutores, sob a supervisão do professor da disciplina e coordenador pedagógica e servirá de guia para a análise e avaliação de todo processo. Tais relatórios serão sistematizados pela equipe de tutores responsáveis e analisados conjuntamente pela Coordenação.

20. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A elaboração de uma monografia será a forma escolhida como trabalho final para a conclusão do curso de especialização em Gestão Pública em sua versão 2021.

Esse gênero de trabalho se caracteriza por um esforço individual onde cada aluno busca desenvolver uma pesquisa sob a supervisão de um professor orientador após aprovação por este professor de um tema apresentado pelo aluno e julgado pertinente ao contexto do curso.

Como se trata em geral para o contexto da EaD de uma massa muito grande de alunos aptos a desenvolverem a monografia, será formada equipe específica de professores-orientadores, a maioria, professores que participaram do curso, os quais serão cadastrados no SISUAB com a aprovação da CAPES para esse fim e que trabalhará em um período de aproximadamente um semestre após o término das aulas junto aos alunos, no sentido de ajudá-los a concluírem com êxito seus trabalhos.

Considerado o número muito grande de monografias a serem desenvolvidas será adotado o sistema de co-orientação para muitos professores a partir de 10 monografias dirigidas, com o fim de poder superar o grande esforço que se constitui em dirigir pesquisa dos alunos que lograrem posição de poder desenvolver e apresentar sua monografia por terem tirado média superior ou igual a 7,0 no conjunto das disciplinas.

O resultado da produção dos trabalhos concluídos será submetido ao exame de uma banca constituída por três professores, isso para cada trabalho de per si. As notas atribuídas pelas bancas examinadoras constituídas deverão ser lançadas no ambiente virtual para propiciar a feitura do relatório final do curso. Ficando evidente que a tarefa de julgamento dos trabalhos deverá levar um tempo regulamentar antes de se poder começar a processar o relatório final do curso.

É de responsabilidade do aluno, procurar escolher um orientador para o trabalho de conclusão de curso dentro da relação proposta pela coordenação. O aluno terá até o término do módulo básico para escolhê-lo ficando o orientador com a responsabilidade de enviar à Coordenação, uma declaração confirmando a sua aceitação em orientar o aluno, juntamente com o projeto elaborado, a fim de registrar a orientação. Os projetos, bem como o nome do orientador serão submetidos à apreciação da Coordenação do curso. Para a orientação da monografia devem ser observadas as seguintes normas:

- a) Os orientadores devem observar os modelos de projetos pré-estabelecidos pela coordenação;
- b) A coordenação apresentará a relação de orientadores previamente;
- c) A monografia deverá ser individual;
- d) Compete ao grupo de Coordenadores e CCD do Curso designar um professor para examinar a monografia de conclusão de curso. Após a avaliação individual do professor a mesma será submetida ao CCD do curso para análise e aprovação.
- e) O professor será remunerado por monografia avaliada;

f) Cada orientador orientará, no máximo até dez monografias e, em caráter extraordinário, por decisão das Coordenações, poderá orientar alguma adicional em conjunto com um co-orientador;

g) As monografias versarão sobre quaisquer temas relacionados aos conteúdos ministrados no curso, a critério do orientador e do aluno.

h) A proposta de monografia, bem como a avaliação final será referendada pelo Conselho de Coordenação Didática (CCD), formada pelos coordenadores e com a representação de dois alunos do curso. O CCD terá autonomia para discutir com o examinador o resultado aferido ao aluno.

21. CERTIFICAÇÃO

O Certificado será expedido para os alunos que concluírem com média igual ou acima de sete (07) para as disciplinas e entregue sua monografia no prazo estipulado, tendo sido ela aprovada por banca examinadora.

22. INDICADORES DE DESEMPENHO

Fica estabelecido, para verificação da eficácia do Curso aqui proposto, a conclusão de pelo menos 18 alunos em cada polo de atendimento. Um índice superior, portanto, a 60% ($(18 \cdot 5) / 150$), considerado apropriado para a modalidade EaD levando-se em consideração os índices históricos de evasão, superiores ao ensino presencial por inúmeros motivos que se combinam, dentre eles muitas vezes: a falta de disciplina do aluno em ter que apresentar trabalhos semanais e; se desempenhar em um ambiente virtual QUASE TODOS OS DIAS com obrigações a cumprir.

23. SISTEMA DE FINANCIAMENTO (SISTEMA CAPES DE BOLSAS)

Como o curso é parte do Programa de Formação em Administração Pública – PNAP promovido pelo MEC/CAPES não há propriamente uma planilha financeira a ser assumida pela Coordenação do Curso. Trata-se de um programa circunscrito dentro da modalidade de ensino público universal gratuito sem custos para o discente.

Assim, os professores serão remunerados mensalmente mediante sistema de bolsas pagas pela Capes a razão para os professores, de uma bolsa de professor-executor para cada 30 horas/aula ministrada, fazendo jus a 01 bolsa no mês, o equivalente a 30 horas/aula. Tempo médio de duração de cada disciplina.

Por sua vez, os professores-tutores receberam bolsas a razão de uma bolsa por disciplina para assistir aos alunos nas tarefas formuladas pelo professor-executor.

O curso contará com até 16 professores executores para um total de 16 disciplinas (um professor poderá em casos específicos ministrar até 02 disciplinas), professores orientadores em número proporcional aos estudantes em desenvolvimento do TCC, 20 professores-tutores, 01 Coordenação Geral do Curso, designada mediante Resolução do CEPE e 01 Coordenação Pedagógica.

APÊNDICE A

1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.1. Ementas e Referências do Módulo Básico

1.1.1. Introdução a EAD

Objetivo

Permitir ao cursista a familiaridade com os instrumentos de EAD. Como deve se comportar, fazer os exercícios, acompanhar a matéria passada pelo professor e sobretudo, postar os exercícios no Ambiente Virtual. Aprender a dialogar com os colegas através dos aplicativos facultados pela Internet (chats, fóruns de discussão, etc.)

Ementa

Não basta apenas mudar as técnicas e as tecnologias utilizadas nos processos de ensino-aprendizagem, seja na modalidade a distância, seja no contexto presencial. Essa disciplina visa oferecer ao aluno conceitos que irão facilitar sua compreensão sobre essa modalidade de ensino (a EAD) que a cada dia ganha maior espaço dentro das modalidades de ensino.

Referência Básica

MARTINS, I.; SILVA, M.; TEDESCO, P. Introdução à Educação a Distância. Recife: Ed. UFRPE, 2010 (livro distribuído aos alunos).

Referência Complementar

ALMEIDA, Fernando J. (Coord.) Educação a distância: formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem - Projeto Nave. São Paulo: s.n., 2001

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. São Paulo: Papirus, 2007.

LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, M; KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Thomson, 2007.

PEREIRA, Alice (Org.). Ambientes virtuais de aprendizagem em diferentes contextos. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2007.

PRETI, Orestes (Org.). Educação a Distância: ressignificando práticas. Brasília: Liber Livros Editora, 2005.

1.1.2. O Público e o Privado na Gestão Pública

Objetivo

Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é o âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

Ementa

Esta disciplina foi inserida no módulo básico por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza da diferença entre setor público e privado, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direito Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.

Referência Básica

COELHO, R. C. O Público e o Privado na Gestão Pública. UFSC; [Brasília]; CAPES: UAB, 2009 (livro distribuído aos alunos).

Referência Complementar

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, "A grande dicotomia: público/privado", p. 13-31.

MEIRELLES, Helly Lopes. Direito administrativo brasileiro. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. A reforma do Estado nos anos 90: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. Do espírito das leis. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

WEBER, Max. Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

1.1.3. Estado, Governo e Mercado

Objetivo

Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista –, a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

Ementa

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal, movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar –, conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (stakeholders).

Referência Básica

COELHO, R. C. Estado, governo e mercado. UFSC; [Brasília] : CAPES: UAB, 2009 (livro distribuído aos alunos).

Referências Complementares

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. In: Revista de Cultura e Política, n. 4, 1981.

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, "A democracia vertical", p.181-245.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

1.1.4. Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro

Objetivo

Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

Ementa

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes, produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica a fim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina.

Referência Básica

LEITE JÚNIOR, A. D. Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro. UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2009 (livro distribuído aos alunos).

Referência Complementar

ABRUCIO, Fernando L. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, "A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores", p.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). Brasil: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.

LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: Revista de Cultura e Política, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: Dados, v. 34, n.3, 1991, p.311-348.

1.1.5. O Estado e os Problemas Contemporâneos

Objetivo

O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos.

Ementa

Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões.

Referência Básica

SANTOS, M. P. G. O Estado e os problemas contemporâneos. UFSC; [Brasília]: CAPES /UAB, 2009 (distribuído aos alunos).

Referência Complementar

KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”, p. 69-103.

ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.) O Brasil tem jeito? Vol. 2: educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

1.1.6. Políticas Públicas

Objetivo

Discutir o conceito de políticas públicas apresentando as experiências recentes que fomentam a participação popular direta na formação dessas políticas através de mecanismos tais como: Conselhos, Redes e Parcerias público-privadas nas três esferas do poder público.

Ementa

Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do “ciclo da política”. Atores políticos (stakeholders). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

Referência Básica

RUA, M. G. Políticas públicas. UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009 (livro distribuído aos alunos).

Referência Complementar

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ROTH, André-Noël. Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

DUNN, William N. Public policy analysis: An introduction. 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.

1.1.7. Planejamento Estratégico Governamental

Objetivo

Destacar a importância da prática do planejamento estratégico nas ações de governo nas três esferas de poder.

Ementa

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Referência Básica

DAGNINO, R. P. Planejamento estratégico governamental. UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009 (livro distribuído aos alunos).

Referência Complementar

MINTZEMBERG, Henry. Safári de estratégia. 2ed. São Paulo: Bookman, 2010.

_____. Ascensão e queda do planejamento estratégico. São Paulo: Bookman, p. 183-256, 2004.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: RAP, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

1.1.8. Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública

Objetivo

O objetivo dessa disciplina é a de sistematizar as noções básicas e introduzir as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil.

Ementa

As atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vêm requerendo, em nível crescente, o uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Indicadores fornecem bases mais consistentes para justificar a demanda de recursos para um determinado projeto social a ser encaminhado a alguma instância de governo ou agência de fomento, para sustentar tecnicamente a relevância dos programas especificados nos Planos Plurianuais ou para monitorar periodicamente os efeitos da ação governamental. Nos últimos anos, os indicadores vêm sendo usados para conferir maior transparência, accountability e controle social do gasto público.

Referência Básica

JANNUZZI, P. M. Indicadores socioeconômicos na gestão pública. UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009 (livro distribuído aos alunos).

Referência Complementar

FEIJÓ, C. et al. Para entender a conjuntura econômica. Barueri, Manole, 2008, p. 1-60.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

SANTAGADA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.

RATTNER, H. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. 2007. Disponível em: <www.abdl.org.br/rattner>. Acesso em: 22 jun. 2009.

1.2. Ementas e Referências do Módulo Específico

1.2.1. Metodologia da Pesquisa

Objetivo

O objetivo geral da disciplina é o de fornecer ao estudante, instrumentos metodológicos que possibilitem ao mesmo desenvolver e publicar trabalhos científicos de acordo com as normas da ABNT.

Ementa

1: Métodos de Estudo: 1.1 Orientação para leitura, análise e interpretação de textos; 1.2 Tipos de Pesquisa; 1.3 O processo de pesquisa; 2. Coleta, Análise e Publicação de Dados: 2.1 Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados; 2.2 Estrutura e organização de trabalhos científicos.

Referência Básica

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009 (livro distribuído aos alunos).

Referência Complementar

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, R. Y. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5, ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 1997.

1.2.2. Plano Diretor e Gestão Urbana

Ementa

Introdução ao Planejamento: para que planejar as cidades? Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. O quadro urbano atual. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular: Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas. Plano Diretor: A obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios; O que é um Plano Diretor; Conteúdo e Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo; Responsabilidade do Poder Público e da Sociedade Civil. Implementação do Plano Diretor: Divulgação, Aplicabilidade, a reorganização interna da prefeitura. Gestão integrada e participativa do plano: Monitoramento e Revisão do Plano Diretor.

Referências

CYMBALISTA, Renato, SANTORO, Paula et al. Planejamento territorial e plano diretor participativo, 2005: Caixa: Polis/Ministério das Cidades, 2005. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=203>. Acesso em: 26 jun. 2009.

ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em: < HYPERLINK "<http://www.estatutodacidade.org.br/>" <http://www.estatutodacidade.org.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

GONDIM, Linda (Org.). Plano diretor e o município: novos tempos, novas práticas. Rio de Janeiro: IBAM, 1990.

MARICATO, Ermínia. "Sociedades Desiguais, cidades desiguais". In: BRASIL, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Os vereadores no processo de elaboração dos planos diretores participativos. Cartilha. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2009.

_____. Kit da campanha Plano Diretor Participativo, cidade de Todos. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa>>

-de-fortalecimento-da-gestao-municipal-urbana/campanha-plano-diretor-participativo-1/kit-d-a-campanha-plano-diretor-participativo?searchterm=ki>. Acesso em: 2 fev. 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Abraço da Paz. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

PINHEIRO, Otilie Macedo. Estatuto da cidade, o jogo tem novas regras. Cartilha. Belo Horizonte: CREA-MG, 2002. Disponível em: <<http://www.crea-mg.org.br/interna.aspx?id=4040&expand=0>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

PINHEIRO, Otilie Macedo (Coord.). Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC, Ministério das Cidades, 2008.

PORTELA Eulalia Andréa Mendes et al. Planos diretores urbanos: limites dos instrumentos e desafios para a gestão urbana. In: Anais do Seminário Internacional – Gestão da terra urbana e habitações de interesse social. Campinas: FAU-PUC Campinas – Laboratório do Habitat/Instituto Pólis/Lincoln Institute of Land Policy, 2000. (CD-ROM).

RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. Plano diretor e a gestão democrática da cidade. In: Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2003.

ROLNIK, Raquel et al. Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=160>. Acesso em: 2 fev. 2009.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA Renato; NAKANO, Kazuo. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. São Paulo: Pólis. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie (Orgs). Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa-de-fortalecimento-da-gestao-municipal-urbana/campanha-plano-diretor-participativo-1/kit-d-a-campanha-plano-diretor-participativo?searchterm=ki>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. In: A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas. Marcelo Lopes de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999.

1.2.3. Gestão Tributária

Ementa

Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária. Imunidade. Isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FISLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processo administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.

Referências Básicas

BULGARELLI, W. Sociedades comerciais. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CARVALHO, Fábio Junqueira; MURGEL, Maria Isabel. Mini Reforma Tributária: reflexões sobre a Lei nº 10.637/2002. São Paulo: Mandamentos, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2000.

FABRETTI, L. C. Prática tributaria da micro e pequena empresa. São Paulo: Atlas, 2003.

HARADA, Kiyoshi. Direito tributário municipal: sistema tributário municipal. São Paulo: Atlas, 2005.

MEIRELLES, Ely Lopes. 1993. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo, Malheiros, 2002.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Receitas Não Tributárias: taxas e preços públicos. São Paulo: Malheiros, 2003.

PAULSEN, Leandro. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004.

TÔRRES, Heleno Taveira (Coord.). Leis Complementares em Matéria Tributária. São Paulo: Manole, 2003.

1.2.4. Redes Públicas de Cooperação Local

Ementa

Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios.

Referências Básicas

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) Networks and organizations: structure, form, and action. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.). Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper, n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.

MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: California management review. California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.

TEIXEIRA, Francisco (Org). Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

1.2.5. Gestão Democrática e Participativa

Ementa

Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática no município. Processos e mecanismos da gestão democrática e participativa: plebiscito, referendo, leis de iniciativa popular, Conselhos Municipais. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Metodologias de intervenção/participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal, com destaque para o orçamento. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Municipais com Conselhos Populares. Compreender o papel dos instrumentos de controle ditos oficiais: Tribunal de Contas e

Ministério Público, detalhando suas funções e definindo estratégias de atuação da gestão transparente das políticas públicas de Estado, para, conseqüentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.

Referências Básicas

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. In: Rev. Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 39, São Paulo, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. In: Dados, v. 50, n. 3, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: Opinião Pública, v. 14, n. 1, Campinas jun. 2008.

AVRITZER, Leonardo. Reforma Política e Participação no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. In: Ciências Hoje, São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e des-consolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: São Paulo em Perspectiva, 2001, vol. 15, n. 4. Cartilha do Orçamento – ENAP.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. In: Revista de Sociologia e Política, v. 16, n. 30, Curitiba jun. 2008.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: Revista de Cultura e Política, n. 69, 2006.

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: Dados, v. 34, n. 3, 1991, p. 311-348.

MELO, Marcus André. Crise Federativa, Guerra Fiscal e 'Hobbesianismo Municipal': efeitos perversos da descentralização? In: São Paulo em Perspectiva, 10 (3), 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Porto Alegre: Afrontamento, 2003.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. In: São Paulo em Perspectiva, vol. 18, n. 2, São Paulo, abril/june, 2004.

SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: São Paulo em Perspectiva, dez 2001, vol. 15, n. 4, p. 84-97.

WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas? In: Opinião Pública, vol. 14, n. 1, Campinas, jun. 2008.

Referências Complementares

BRASIL. Lei nº 4.320/1964. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4320.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei Complementar nº 101/2000. Disponível em: < [HYPERLINK "http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/43/2000/101.htm"](http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/43/2000/101.htm) <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/43/2000/101.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei nº 10.180/2001. Disponível em: < <http://www.marco.artigo19.org/node/55>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. [HYPERLINK "http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.933-2004?OpenDocument"](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.933-2004?OpenDocument) Lei no 10.933, de 11 de Agosto de 2004. Lei do PPA municipal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.933.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 5.970, de 25 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5790.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_02.asp>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei Orçamentária Anual do município. Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_03.asp>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei Orgânica do Município: dispositivos sobre tributação e orçamento. Disponível em: <www.rebidia.org.br/noticia1.html>. Acesso em: 26 jun. 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREITAS, Mário S. N. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. In: Bahia Análise e Dados. Salvador, vol. 12, n. 4, p. 9-24, março, 2003.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. Brasília: IPEA, 2001. [Texto para Discussão n. 776].

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: São Paulo em Perspectiva, 18(2), 2004, p. 17-26. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2009.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Conselhos Municipais. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em: <www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conselhos-municipais>. Acesso em: 26 jun. 2009.

SILVA, M. Z.; TOSI, A.; TATAGIBA, L. OLIVEIRA, B. P. C. Perfil dos Conselheiros da Prefeitura Municipal de Vitória (1984-2003). In: SILVA, Marta Z.; BRITO, Jr., Bajonas T. (Org.). Participação Social na Gestão Pública: olhares sobre as experiências de Vitória-ES. São Paulo: ANNABLUME, 2009, p. 99.

1.2.6. Elaboração e Avaliação de Projetos

Ementa

Compreender como e em quais contextos a elaboração e estruturação de projetos contribuem para gestão pública municipal e desenvolvimento local. Construir os conceitos e indicar algumas ferramentas existentes para elaboração de projetos. Discutir qual a utilidade e em qual contexto o projeto deve ser estruturado. Apontar as etapas de um projeto. Conhecer a lógica interna e discutir as consistências pertinentes ao projeto. O papel do gestor municipal, a gestão, o monitoramento, a avaliação, a conclusão de um projeto e os encaminhamentos a serem realizados em seu término.

Referências Básicas

ARMANI, Domingos. Como Elaborar Projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

BROSE, Markus. Introdução à moderação e ao método ZOPP. Recife: GTZ, 1993.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

DROR, Yehezkel. A Capacidade para governar: informe ao Clube de Roma. Tradução Carolina Andrade. São Paulo: FUNDAP, 1999.

GTZ. Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos: método ZOPP. Recife: GTZ/ SUDENE/IICA, 1993.

HUERTAS, Franco. O método PES: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: Governantes e Governados. São Paulo: FUNDAP, 1996.

_____. Estratégias Políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi. Tradução Giselda Barroso Sauveur. São Paulo, FUNDAP, 1996.

MELNICK, Julio. Manual de projetos de desenvolvimento econômico (Nações Unidas). Rio de Janeiro: Unilivros, 1981.

1.2.7. Gestão Logística

Ementa

Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

Referências Básicas

ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOWERSOX, D. J. CLOSS, D. J. Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. O Marketing da Logística. São Paulo: Futura, 1999.

DIAS, Marcos Aurélio P. Administração de Materiais. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2002.

NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

Referências Complementares

ARAÚJO, J. S. de. Almoxarifados: administração e organização. São Paulo: Atlas, 1981.

_____. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. Administração de compras e armazenamento. São Paulo: Atlas, 1998.

BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial. São Paulo. Atlas, 1993.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Lei de Licitações nº 8.666/93. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Lei nº 101/2000, de Responsabilidade Fiscal (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. Administração de materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas 1998.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2003.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lino Martins da. Manual de Contabilidade Pública: um Enfoque Administrativo . São Paulo: Atlas, 2004.

ROSA, Márcio Fernando Elias. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2006.

VIANA, João José. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2002.

1.2.8. Processos Administrativos

Ementa

Abordagens conceituais sobre processos; organizações e suas múltiplas configurações; tipos de organização e suas respectivas orientações para processos; critérios de interdependência (visões: tradicional, contemporânea e inovadora); organizações públicas e suas configurações. Identificação de processos; ferramentas para identificação e mapeamento de processos; padrões para fluxogramação; metodologia para mapeamento de processos; a importância do fator documentação e a necessidade de capacitação e qualificação de pessoas.

Referências Básicas

MINTZBERG, H. Criando Organizações Eficazes: estruturas em cinco configurações. São Paulo; Atlas, 1995.

ROBBINS, S. P. O Processo Administrativo: integrando teoria e prática. São Paulo; Atlas, 1981;

Referências Complementares

HARVARD B. R. Processo decisório: os melhores artigos da Harvard Business Review. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006;

MATIAS-PEREIRA, J. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2008;

MORGAN, G. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996.

NADLER, D. Arquitetura organizacional: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

ROBBINS, S. P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005;

RUMMLER, G. A. BRACHE, A. P. Melhores desempenhos das organizações: uma abordagem prática para transformar organizações através da reengenharia. São Paulo: Makron Books, 1994.

ANEXO 1

Avaliação pelos Docentes

INTRODUÇÃO A EAD - Avaliação pelo Docente

<https://docs.google.com/forms/u/0/d/1-qov6pbCRE92nVMP4slLMXxv...>

INTRODUÇÃO A EAD - Avaliação pelo Docente

Responda cada pergunta, avaliando de 1 (pontuação mínima) a 5 (pontuação máxima).

***Obrigatório**

1. E-mail *

2. 1. Como você avalia a ementa da sua disciplina. Ela está atualizada e com o conteúdo pertinente ao curso?

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. 2. Como você avalia a relação com a Coordenação do Curso?

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. 3. Como você avalia a interação com o Ambiente Virtual de Aprendizagem?

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5. 4. Como você avalia a participação dos alunos nas atividades das disciplinas?

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. 5. Como você avalia a participação dos alunos nos chats síncronos semanais?

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. 5. Como você avalia a participação dos alunos nas aulas síncronas da disciplina?

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. 7. Como você avalia a relação entre a equipe da disciplina (Professor Executor e Tutores)?

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO 2

Avaliação pelos Discentes

INTRODUÇÃO A EAD - Avaliação pelo Discente

<https://docs.google.com/forms/u/0/d/1YLGf2g8GOzjrlglq1cx4ikk72RS...>

INTRODUÇÃO A EAD - Avaliação pelo Discente

Este formulário consiste na avaliação da disciplina, incluindo seus respectivos professor executor(a) e tutor(a), e autoavaliação discente.

As informações aqui apresentadas servirão de base para a melhoria do curso. A identidade do estudante não será divulgada. Agradecemos pela colaboração!

***Obrigatório**

1. E-mail *

2. Matrícula / CPF *

3. Nome do(a) Professor(a) Executor(a) da Disciplina *

4. 1) Classifique os recursos didáticos utilizados pelo(a) professor(a) executor(a) pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

5. 2) Classifique o cumprimento dos objetivos pelo(a) professor(a) executor(a) pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. 3) Classifique a metodologia de trabalho do(a) professor(a) executor(a) pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. 3) Classifique a clareza da linguagem utilizada pelo(a) professor(a) executor(a) pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. 4) Classifique a bibliografia utilizada pelo(a) professor(a) executor(a) pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. 5) Classifique o conteúdo ministrado pelo(a) professor(a) executor(a) pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10. 6) Classifique o sistema de avaliação utilizado pelo(a) professor(a) executor(a), pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. 7) Classifique o(a) professor(a) executor(a), quanto ao acompanhamento dos alunos, pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12. 8) Classifique a interação entre o professor(a) executor(a) e os discentes, pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13. 9) Classifique o retorno do(a) professor(a) aos alunos, pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14. 10) Classifique o quanto você gostou do modo como as aulas síncronas foram conduzidas, pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

15. Nome do(a) Tutor(a) da Disciplina *

16. 11) Classifique o acompanhamento da tutoria, pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

17. 12) Classifique a sua satisfação quanto ao chat semanal, pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

18. 13) Classifique a interação tutor/discente, pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

19. 14) Classifique o retorno do(a) tutor(a) aos alunos, pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Autoavaliação do Discente

20. 1) Classifique a sua frequência e acesso, pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21. 2) Classifique a sua participação nas atividades da disciplina, pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

22. 3) Classifique a sua interação com outros estudantes da disciplina, pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

23. 4) Classifique a sua participação nas atividades de grupo (em classe e extraclasse), pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

24. 4) Classifique o seu investimento pessoal na disciplina, pontuando de 1 (nota mínima) a 5 (nota máxima): *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Comentários Gerais

25. Deixe suas sugestões:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários